

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO:

QUANTO TEMPO DEMORA UM PROCESSO? (fragmento)

Felippe Augusto de Miranda Rosa
Desembargador TJ/RJ

É lugar comum a afirmação de que a Justiça é lenta, de que os processos judiciais demoram excessivamente. Afirma-se isso a todo instante. Os meios de comunicação de massa (imprensa escrita, rádio e televisão) repetem a observação, sem qualquer ressalva, e contribuem para tornar a lentidão judicial uma “verdade”.

Os que assim procedem, certamente justificados por grande número de casos morosos, não sabem que muitos processos têm andamento célere, terminam rapidamente, que, com frequência, os procedimentos judiciais são, na prática, mais rápidos do que os da esfera administrativa, apesar das garantias de igualdade entre as partes, oportunidades para intervir, e tudo o mais.

Por outro lado, há quem sustente que a grande maioria dos processos acaba razoavelmente depressa, e que somente pequena parte deles é morosa. Alega-se então que, precisamente porque minoria, os processos muito demorados constituem afastamento da regra geral e são curiosidades e, portanto, notícia.

O debate desenvolve-se nesses termos, prevalecendo as vozes que apontam a morosidade judicial como um mal predominante nas coisas da Justiça. Não existem, porém, estudos sérios a respeito. Ninguém procura pesquisar a verdade, a realidade do que efetivamente se passa na tramitação dos processos judiciais, e que constitui, afinal de contas, a maneira pela qual o Direito vive, deduzido pelas partes e proclamado pelos Tribunais. Desse modo, continuam as acusações ao Judiciário, cujo desprestígio é uma conseqüência natural e lógica de tais conceitos correntes.

O que ocorre realmente? Quais as verdadeiras dimensões do problema da afirmada lentidão judicial? É esse um fenômeno geral, dominante, ou setorial, ocorrente apenas em parte, em alguns setores do aparelho judicial, ou em certos tipos de procedimento?

Essas e muitas outras questões podem ser suscitadas a propósito. O que está faltando, entretanto, é a formulação de perguntas certas a aspectos dos fatos relevantes, com a realização de um estudo da realidade, e não apenas do discurso (otimista em parte da doutrina, pessimista nos veículos de comunicação de massa e na voz corrente da população). Ainda não se procurou verificar a realidade, com a utilização dos meios apropriados, com vistas ao efetivo conhecimento a respeito, e com a resultante possibilidade de se planejar, com dados concretos, as medidas destinadas a superar as deficiências existentes.

Revista da Emerj, vol 4, n. 14, p.163/164.

1- A pergunta que serve de título ao texto:

- a) é respondida, alegando-se que a demora é um problema setorial, ocorrente apenas em parte;
- b) é respondida, indicando-se que a demora é “uma verdade” criada pela comunicação de massa;
- c) é respondida, retrucando-se que a demora, de fato, não existe;
- d) é respondida, reconhecendo-se a demora como um problema da Justiça;
- e) não é respondida no texto.

2 - Dizer que a Justiça é lenta, segundo o texto, é “um lugar comum”; isto significa que:

- a) a Justiça é, de fato, lenta;
- b) a Justiça é considerada lenta pelos meios de comunicação de massa;
- c) a afirmativa sobre a lentidão da Justiça é feita de forma irresponsável;
- d) a lentidão da Justiça é tema repetitivo;
- e) a Justiça é lenta nos casos em que estão envolvidas pessoas comuns.

3 - “É lugar comum a afirmação de que a Justiça é lenta”; a frase abaixo que modifica o sentido desse segmento do texto é:

- a) A afirmação de que a Justiça é lenta é lugar comum;
- b) Afirmar-se que a Justiça é lenta é lugar comum;
- c) É lugar comum afirmar-se a lentidão da Justiça;
- d) É comum afirmar-se que a Justiça é lenta;
- e) Afirmar-se que a Justiça tem lentidão é um lugar-comum.

4 - “É lugar comum a afirmação de que a Justiça é lenta, de que os processos judiciais demoram excessivamente.”; a terceira oração desse período funciona, em relação à segunda, como uma:

- a) retificação;
- b) explicitação;
- c) complementação;
- d) adição;
- e) alternativa.

5 - “Afirma-se isso a todo instante.”; o comentário adequado a essa frase do texto é:

- a) a frase encontra-se na voz passiva;
- b) o sujeito da frase é indeterminado;
- c) *isso* refere-se a um termo futuro do texto;
- d) *a todo instante* tem valor circunstancial de modo;
- e) *a todo instante* é um termo ligado sintaticamente a *isso*.

6 - Segundo o texto, os meios de comunicação de massa:

- a) apontam a morosidade judicial como um mal predominante nas coisas da Justiça;
- b) já fizeram estudos a respeito da morosidade judicial;
- c) colaboram para que a imagem de lentidão na Justiça se acabe;
- d) fazem com que uma probabilidade se torne "verdade";
- e) desconhecem que a maioria dos casos judiciais é rapidamente resolvida.

7 - A imprensa escrita, rádio e televisão são apontados como meios de comunicação "de massa", e são assim denominados porque:

- a) envolvem grande quantidade de pessoas;
- b) trabalham para receptores desconhecidos;
- c) mostram a realidade das classes mais populares;
- d) não revelam preocupações sociais;
- e) não defendem qualquer preconceito social.

8 - "...os meios de comunicação de massa (imprensa escrita, rádio e televisão)..."; os termos entre parênteses, neste texto da revista da Escola de Magistratura:

- a) mostram a preocupação do autor com a clareza argumentativa;
- b) trazem uma explicação necessária, já que se trata de conhecimento novo;
- c) classificam os meios de comunicação de massa segundo os sentidos predominantes;
- d) esclarecem que o autor se limita a alguns dos meios de comunicação de massa;
- e) esclarece, talvez desnecessariamente, o conteúdo semântico do termo anterior.

9 - "...repetem a observação, sem qualquer ressalva, e contribuem para tornar a lentidão judicial uma *verdade*."; considerando-se a mensagem do texto, o segmento "sem qualquer ressalva" nos diz, implicitamente, que a "ressalva" deveria conter:

- a) informações sobre a causa da lentidão judicial;
- b) dados que atenuassem a idéia de que a Justiça é lenta;
- c) indicações das péssimas condições de trabalho da Justiça;
- d) protestos sobre os baixos salários do Judiciário;
- e) a confissão de desconhecimento do assunto por parte da imprensa.

10 - O vocábulo "ressalva" aparece no *Michaelis - Moderno dicionário da língua portuguesa* (Melhoramentos, SP, 1998, p. 1829) com 6 significados, dos quais relacionamos cinco nos itens abaixo; o significado mais adequado à situação desse vocábulo no texto é:

- a) nota em que se corrige um erro que passou no texto;
- b) nota escrita que põe alguém a salvo; documento de garantia;
- c) exceção, reserva;
- d) cláusula;
- e) reparação de erro; errata.

11 - O fato de usarem-se aspas na palavra *verdade*, ao final do primeiro parágrafo, indica que:

- a) a palavra está empregada com valor humorístico;
- b) o autor pretende dar ao termo um novo significado;
- c) o autor não concorda totalmente que a lentidão judicial seja uma realidade;
- d) o texto quer destacar o termo, valorizando o seu sentido original;
- e) o vocábulo é empregado com valor pejorativo.

12 - "Os que assim procedem, certamente justificados por grande número de casos morosos, não sabem..."; o segmento sublinhado quer dizer, no contexto em que se insere, que:

- a) ocorrem muitos casos comprovadores de lentidão judicial, em que se apóiam os que acusam a Justiça por esse defeito;
- b) há um grande número de casos complicados na Justiça, o que certamente justifica a demora em sua apreciação;
- c) os que defendem a Justiça justificam a demora pelo grande número de casos a apreciar;
- d) o grande número de casos leva a que se justifique a demora da Justiça, alegando-se a preocupação com a certeza do julgamento;
- e) muitos casos demoram na Justiça muito mais do que o esperado.

13 - "...não sabem que muitos processos têm andamento célere, terminam rapidamente;". A forma verbal do verbo *ter* (ou compostos), entre as que estão nas frases abaixo, que aparece conjugada de forma INCORRETA é:

- a) A Justiça se detém em muitos casos morosos;
- b) Nem todos os advogados se contém diante das injustiças;
- c) Os juízes se detiveram no exame dos processos;
- d) Nem todos se entretinham durante o trabalho;
- e) Têm muita eficiência, certamente, os funcionários daquela sessão.

14 - Segmento do texto que NÃO apresenta um argumento de defesa diante das acusações de lentidão judicial:

- a) "Os que assim procedem, certamente justificados por grande número de casos morosos,...";
- b) "...não sabem que muitos processos têm andamento célere,...";
- c) "...terminam rapidamente;";
- d) "...que, com freqüência, os procedimentos judiciais são, na prática, mais rápidos do que os da esfera administrativa,...";
- e) "...há quem sustente que a grande maioria dos processos acaba razoavelmente depressa;".

15 - O vocábulo *freqüência* aparece grafado com trema porque:

- a) a letra U é pronunciada e átona;
- b) o texto ainda segue as antigas normas gráficas;
- c) o grupo *que* é sempre marcado com trema;
- d) a letra U é muda;
- e) a letra U é precedida da letra Q.

16 - "...apesar das garantias de igualdade entre as partes, oportunidades para intervir, e tudo o mais." ; dentro da situação do texto, os elementos sublinhados atuam como:

- a) causas de maior rapidez para os processos da área administrativa;
- b) argumentos que justificam a maior rapidez na apreciação dos processos;
- c) desvantagens no julgamento dos processos da área administrativa;
- d) elementos que colaboram para a lentidão dos processos judiciais;
- e) razões que confirmam a rapidez no julgamento dos processos administrativos.

17 - A frase abaixo que apresenta o verbo *intervir* com **forma errada** é:

- a) O juiz intervém sempre que é possível;
- b) Os advogados interviram na questão;
- c) Eu intervenho sempre que posso;
- d) Há algum tempo atrás ele intervieria na discussão;
- e) Eles intervêm em todos os processos.

18 - "...a grande maioria dos processos acaba razoavelmente depressa;"; neste segmento do texto:

- a) a forma verbal *acaba* também poderia ser colocada no plural;
- b) *acaba* é forma verbal que concorda com *grande*;
- c) *razoavelmente* é advérbio que se refere a um verbo;
- d) *maioria* leva a forma verbal que com ele concorda ao plural;
- e) *depressa* tem valor semântico de intensidade.

19 - "Por outro lado, há quem sustente que a grande maioria dos processos acaba razoavelmente depressa;"; a expressão *por outro lado* tem, neste caso, valor de:

- a) adição;
- b) oposição;
- c) comparação;
- d) concessão;
- e) explicação.

20 - "...precisamente porque minoria, os processos muito demorados constituem afastamento da regra geral, são curiosidades e, portanto, notícia." ; infere-se desse segmento do texto que:

- a) quanto mais raro o fato, maior o interesse público por ele;
- b) os jornais só se interessam pelos aspectos negativos dos fatos;
- c) a lentidão é a regra geral na apreciação dos processos judiciais;
- d) os processos julgados de forma rápida são exceção da regra;
- e) os processos com curiosidades raras provocam maior interesse dos jornais.

21 - Entre as palavras do texto abaixo indicadas, a que apresenta uma formação diferente das demais é:

- a) afirmação;
- b) comunicação;
- c) observação;
- d) acusação;
- e) população.

22 - As perguntas do quinto parágrafo do texto:

- a) representam dúvidas da população em geral sobre o tema abordado no texto;
- b) indicam questões que só os advogados experientes podem responder;
- c) introduzem novos pensamentos para a reflexão do autor;
- d) são questionamentos possíveis e ainda não respondidos;
- e) propõem uma nova maneira de encarar o problema discutido no texto.

23 - Em muitos casos, as formas nominais dos verbos podem ser substituídas por substantivos cognatos; o segmento abaixo em que a substituição foi feita de forma **INADEQUADA** é:

- a) "...a resultante possibilidade de se planejar, com dados concretos, as medidas..." – a resultante possibilidade de planejamento, com dados concretos, das medidas;
- b) "...as medidas destinadas a superar as deficiências existentes."- as medidas destinadas à superioridade das medidas existentes;
- c) "...oportunidades para intervir, e tudo o mais."- oportunidades para intervenção, e tudo o mais.
- d) "Ninguém procura pesquisar a verdade..."- Ninguém procura a pesquisa da verdade;
- e) "Ainda não se procurou verificar a realidade..."- Ainda não se procurou a verificação da realidade.

24 - A principal mensagem do autor do texto é:

- a) a lentidão judicial é um mal real, mas que pode ser combatido e solucionado, se os meios de comunicação de massa prestarem a sua colaboração;
- b) antes de qualquer outra medida, é preciso que se verifique a realidade do problema da lentidão judicial para que só então se tomem as medidas adequadas;
- c) a lentidão judicial é vista de dois modos, daí que se torne confusa a situação entre otimistas e pessimistas;
- d) as deficiências existentes nos processos judiciais podem ser superadas se os interessados se apoiarem na experiência bem sucedida dos processos administrativos;
- e) cabe aos profissionais do Direito defender o seu prestígio, bastante abalado pela visão pessimista, divulgada pela imprensa, sobre a lentidão judicial.

As questões 25 a 40 apresentam a mesma formulação, ou seja, deve-se marcar o item cuja frase se apresenta redigida da forma mais adequada, considerando-se clareza, elegância, precisão e correção.

25 -

- a) Quais de vós pretendem fazer da exceção uma regra a fim de melhorarem nossa imagem?
- b) Quais de vós pretendeis fazer da exceção uma regra afim de melhorarem nossa imagem?
- c) Quais de vós pretendem fazer da excessão uma regra a fim de melhorar nossa imagem?
- d) Quais de vós pretendeis fazer da exceção uma regra a fim de melhorardes nossa imagem?
- e) Quais de vós pretendem fazer da excessão uma regra afim de melhorarem nossa imagem?

26 -

- a) Espero que grande parte dos advogados averigüe a questão da lentidão judicial.
- b) Espero que grande parte dos advogados averigüe a questão da lentidão judicial.
- c) Espero que grande parte dos advogados averigüem a questão da lentidão judicial.
- d) Espero que grande parte dos advogados averigüem a questão da lentidão judicial.
- e) Espero que grande parte dos advogados averigüe a questão da lentidão judicial.

27 -

- a) Ontem só 20% dos advogados foram de encontro as idéias divulgadas pela imprensa.
- b) Ontem, 20% só dos advogados foram de encontro às idéias divulgadas, pela imprensa.
- c) Ontem, só 20% dos advogados foi ao encontro às idéias divulgadas pela imprensa.
- d) Ontem, 20% dos advogados só foram de encontro das idéias divulgadas pela imprensa.
- e) Ontem, só 20% dos advogados foram de encontro às idéias divulgadas pela imprensa.

28 -

- a) O juiz chegou antes deles decidirem sobre o custo dos telefonemas e cartas enviadas.
- b) O juiz chegou antes de eles decidirem sobre o custo das telefonemas e cartas enviadas.
- c) O juiz chegou antes de eles decidirem sobre o custo dos telefonemas e cartas enviadas.
- d) O juiz chegou antes deles decidirem sobre o custo das telefonemas e cartas enviados.
- e) O juiz chegou antes deles decidirem sobre o custo dos telefonemas e cartas enviados.

29 -

- a) O proprietário informou aos seus subordinados das novas regras para a análise do balanço.
- b) O proprietário informou aos seus subordinados as novas regras para a análise do balanço.
- c) O proprietário informou os seus subordinados das novas regras para a análise do balanço.
- d) O proprietário informou os seus subordinados das novas regras para a análise do balanço.
- e) O proprietário informou aos seus subordinados das novas regras para a análise do balanço.

30 -

- a) Se reouver o prestígio abalado, a Justiça reivindicará salários mais altos.
- b) Se reaver o prestígio abalado, a justiça reivindicará salários mais altos.
- c) Se reaver o prestígio abalado, a Justiça reivindicará salários mais altos.
- d) Se reaver o prestígio abalado, a justiça reivindicará salários mais altos.
- e) Se reouver o prestígio abalado, a Justiça reivindicará salários mais altos.

31 -

- a) Vossa Excelência achais interessantes o resultado e o custo da pesquisa?
- b) Vossa Excelência achou interessantes o resultado e o custo da pesquisa?
- c) Vossa Excelência achou interessantes o resultado e o custo da pesquisa?
- d) V. Excia. achou interessante o resultado e o custo da pesquisa?
- e) V. Exa. achou interessante o resultado e o custo da pesquisa?

32 -

- a) Os advogados receavam uma situação igual no mesmo tribunal do Município.
- b) Os advogados receiavam uma situação igual no mesmo tribunal do Município.
- c) Os advogados receavam uma mesma situação em igual tribunal do Município.
- d) Os advogados receiavam uma mesma situação em tribunal igual do Município.
- e) Os advogados receiavam uma situação igual em idêntico tribunal do Município.

- 33 -
- a) Senhor Juiz, Sua Excelência poderia me dizer se deixou os papeisinhos nesta mesa?
 - b) Senhor Juiz, V. Exa. poderia dizer-me se deixou os papeisinhos neste mesa?
 - c) Senhor Juiz, Vossa Excelência me poderia dizer se deixou os papeizinhos nesta mesa?
 - d) Senhor Juiz, Sua Excelência poderia me dizer se deixou os papeizinhos nesta mesa?
 - e) Senhor Juiz, Sua Excelência poderia dizer-me se deixou os papeisinhos nesta mesa?
- 34 -
- a) Poderiam ter havido protestos após o meio-dia e meio na Assembléia.
 - b) Poderia ter havido protestos após o meio-dia e meia, na Assembléia.
 - c) Poderia ter havido protestos após o meio dia e meia na Assembléia.
 - d) Poderiam ter havido protestos após o meio dia e meio na Assembléia.
 - e) Poderiam ter havido protestos após o meio-dia e meia na Assembléia.
- 35 -
- a) O fato de as ruas estarem alagadas impediu que a freada funcionasse à contento.
 - b) O fato das ruas estarem alagadas impediu que a freiada funcionasse a contento.
 - c) O fato das ruas estar alagadas impediu que a freada funcionasse a contento.
 - d) O fato de as ruas estarem alagadas impediram que a freiada funcionasse à contento.
 - e) O fato de as ruas estarem alagadas impediu que a freada funcionasse a contento.
- 36 -
- a) Não só o juiz mas também o advogado falou com a secretária em seu gabinete.
 - b) Não só o juiz mas também o advogado falaram com a secretária em seu gabinete.
 - c) Em seu gabinete, não só o juiz mas também o advogado falaram com a secretária.
 - d) No gabinete do juiz, não só ele mas também o advogado falaram com a secretária.
 - e) No gabinete do advogado, o juiz e ele falaram com a secretária.
- 37 -
- a) O advogado encontrou com o juiz e falou com o juiz sobre os problemas da nação.
 - b) O advogado encontrou o juiz e falou para ele sobre os problemas do país.
 - c) O advogado encontrou-se com o juiz e falou-lhe sobre os problemas da nação.
 - d) O advogado encontrou o juiz e falou com ele sobre os problemas nacionais.
 - e) O advogado encontrou o juiz e falou-lhe dos problemas da nação.
- 38 -
- a) Os jornais nada diziam sobre os fatos que haviam ocorrido antes e que eram conhecidos.
 - b) Os jornais nada publicavam sobre os fatos já ocorridos e conhecidos.
 - c) Os jornais nada publicavam sobre os fatos que havia ocorrido antes e já conhecidos.
 - d) Os jornais nada diziam sobre os fatos já ocorridos e conhecidos.
 - e) Os jornais nada noticiavam sobre os fatos já ocorridos antes e já conhecidos.
- 39 -
- a) O TSE procedeu a uma verdadeira investigação na vida dos candidatos até hoje a tarde.
 - b) O TSE procedeu à investigação na vida dos candidatos até hoje a tarde.
 - c) O TSE procedeu uma verdadeira investigação na vida dos candidatos até hoje a tarde.
 - d) O TSE procedeu à uma investigação na vida dos candidatos até hoje à tarde.
 - e) O TSE procedeu a uma investigação na vida dos candidatos até hoje à tarde.
- 40 -
- a) Faz dois meses, o planejamento de 2002 deixaram preocupados os governantes.
 - b) Fazem dois meses, o planejamento de 2002 deixou preocupados os governantes.
 - c) Faz dois meses, o planejamento de 2002 deixou preocupados os governantes.
 - d) Fazem dois meses, o planejamento de 2002 deixaram preocupados os governantes.
 - e) Faz dois meses, o planejamento de 2002 deixou preocupado os governantes.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

41 - Indivíduo que subtrai o relógio de uma pessoa, após ter colocado substância entorpecente na bebida que ela estava ingerindo, fazendo-a ficar em estado de sono profundo, pratica o delito de:

- a) furto qualificado pela destreza;
- b) roubo impróprio;
- c) roubo próprio;
- d) furto simples;
- e) apropriação indébita.

42 - Fornecer substância entorpecente gratuitamente para adolescente configura:

- a) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- b) tráfico de entorpecente com causa de aumento;
- c) uso de entorpecente coletivo;
- d) tráfico de entorpecente;
- e) corrupção de menor.

43 - João ingressa no imóvel de Maria, durante o repouso noturno, sem sua autorização, quando é por ela surpreendido. Maria chama a polícia e o conduz à delegacia. Pode-se afirmar que o fato:

- a) é penalmente irrelevante;
- b) constitui crime de violação de domicílio qualificado;
- c) configura tentativa de furto;
- d) configura crime de violação de domicílio;
- e) constitui crime de furto noturno.

44 - A tentativa configura-se quando o agente:

- a) não consuma o delito porque desistiu voluntariamente de prosseguir no *iter criminis*;
- b) repara o dano causado, não gerando qualquer prejuízo ao lesado;
- c) é preso em sua casa, algumas horas após o crime, ainda de posse do bem subtraído;
- d) retorna ao local do crime e devolve o bem subtraído ao lesado;
- e) não atinge o fim pretendido em decorrência de intervenção de terceira pessoa.

45 - Divulgar num panfleto distribuído entre os condôminos de um edifício fato criminoso que sabe inverídico, atribuindo-o a determinada pessoa, com o fim de prejudicá-la, configura:

- a) calúnia;
- b) injúria real;
- c) denúncia caluniosa;
- d) injúria;
- e) difamação.

46 - Guardar, na residência, pistola calibre 45, sem registro, constitui:

- a) crime previsto no artigo 10, *caput* da Lei 9.437/97;
- b) contravenção de porte de arma;
- c) crime previsto no artigo 10, § 2º da Lei 9.437/97;
- d) crime contra a segurança nacional;
- e) contravenção de detenção de arma ou munição.

47 - Configura legítima defesa repelir agressão:

- a) injusta passada, com moderação e através dos meios necessários;
- b) justa atual, de forma comedida e através dos meios necessários;
- c) injusta iminente, utilizando qualquer meio com moderação;
- d) que lhe pareça injusta, pretérita, com moderação e através dos meios necessários;
- e) injusta iminente, de forma comedida, usando o meio disponível.

48 - Deixar de lavrar o auto de prisão em flagrante, visando o futuro recebimento de dinheiro por parte do autor de fato delituoso, como forma de agradecimento, configura:

- a) corrupção ativa;
- b) corrupção passiva;
- c) prevaricação;
- d) concussão;
- e) peculato.

49 - Matar alguém, com o fim de receber encomenda valiosa que será encaminhada à pessoa no dia seguinte, constitui:

- a) homicídio qualificado;
- b) lesão corporal seguida de morte;
- c) homicídio simples;
- d) latrocínio;
- e) homicídio privilegiado.

50 - A única hipótese que **não** configura causa de extinção da punibilidade é:

- a) casamento do autor com a vítima no crime de estupro;
- b) morte do agente;
- c) prescrição;
- d) indulto;
- e) reparação do prejuízo no crime de dano ao bem público.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

51- Marco Antônio, mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma de fogo, subtrai o carro de Joana, na Av. Presidente Wilson, na comarca do Rio de Janeiro. Ocorre, porém, que cinco minutos após a subtração, policiais militares são avisados e observam a passagem do agente na Linha Vermelha, iniciando a perseguição. Marco Antônio é efetivamente preso em Duque de Caxias. Na ocasião, o agente afirma aos policiais que tinha a intenção de entregar o carro a Jonas, em Nova Iguaçu. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) cabe à autoridade policial de Nova Iguaçu lavrar o auto de prisão em flagrante, porque para lá se dirigia o indiciado;
- b) cabe à autoridade policial do Rio de Janeiro lavrar o auto de prisão em flagrante, porque foi nesta comarca que o indiciado consumou a subtração;
- c) cabe à autoridade policial de Duque de Caxias lavrar o auto de prisão em flagrante, porque foi lá que o indiciado acabou preso;
- d) não cabe prisão em flagrante, se o indiciado ultrapassa os limites da comarca onde executou e consumou a infração penal;
- e) o auto de prisão em flagrante pode ser lavrado em qualquer dos três municípios, porque o crime é permanente.

52 - Depois de ter subtraído o malote de dinheiro do Banco SOARES MARINHO, mediante emprego de violência que causou lesão corporal de natureza grave em um vigilante, Tício foi preso em flagrante, surpreendido por Caio, policial militar. Imediatamente Tício esclareceu que se vira obrigado a entrar na agência do Banco e efetuar a subtração porque havia sido demitido recentemente daquele mesmo Banco e ainda não havia recebido as verbas da rescisão contratual, que equivaliam ao valor subtraído. Após o relato do fato à autoridade policial, para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante, e tendo o zelo do delegado de polícia Nilo constatado que Tício era de fato credor do Banco lesado, Nilo colocou Tício em liberdade, alegando que na concepção dele, Delegado de Polícia, por ter agido sob erro de proibição, o indiciado não poderia ser preso em flagrante. A ação do Delegado de Polícia foi:

- a) acertada, porque das respostas às perguntas formuladas às testemunhas não resultou fundada suspeita contra Tício;
- b) equivocada, porque o certo era lavrar auto de prisão em flagrante e arbitrar fiança;
- c) equivocada, porque somente o juiz, à luz do disposto no artigo 310 do Código de Processo Penal, poderia colocar o indiciado em liberdade;
- d) equivocada, porque o certo era lavrar auto de resistência, à luz do disposto no artigo 292 do Código de Processo Penal;
- e) equivocada, porque o certo era lavrar termo circunstanciado, à luz do disposto no artigo 69 da Lei n. 9.099/95.

53 - Luiz Cláudio, Comissário da Infância e Juventude, fiscalizando bares e boates, à noite, flagra Leôncio, Senador, em atividade de divulgação de suas ações parlamentares, fornecendo gratuitamente a Milton, jovem, contando com dezesseis anos de idade, fogos de artifício de poderoso potencial de destruição, capaz de provocar sérios danos físicos no adolescente. Diante da situação da prática de crime punido com pena máxima de dois anos de detenção, o Comissário da Infância e Juventude dá voz de prisão em flagrante ao Senador e o leva à Delegacia da circunscrição, onde o delegado de polícia lavra o competente auto, arbitrando fiança. A ação de delegado de polícia foi:

- a) acertada, porque Leôncio estava em flagrante delito de crime afiançável;
- b) equivocada, porque somente o juiz, à luz do disposto no artigo 310, **caput** do Código de Processo Penal, poderia colocar o indiciado em liberdade;
- c) equivocada, já que o crime era inafiançável, porque praticado em prejuízo de criança ou adolescente;
- d) equivocada, porque o certo era lavrar auto de resistência, à luz do disposto no artigo 292 do Código de Processo Penal;
- e) equivocada, porque o certo era lavrar registro de ocorrência, a ser posteriormente encaminhado ao Senado da República e à Procuradoria-Geral da República, colocando-se imediatamente em liberdade o agente.

54 - Brito é flagrado constringendo, mediante grave ameaça, Lídia, de treze anos de idade, à prática de conjunção carnal (cópula vaginal). Levado o agente à delegacia, o delegado de polícia:

- a) só poderá autuá-lo em flagrante se o representante legal da ofendida manifestar, naquele momento, o interesse pelo processo penal do agente;
- b) não poderá autuá-lo em flagrante, nem mesmo se o representante legal da ofendida manifestar, naquele momento, o interesse pelo processo penal do agente, porque não cabe prisão em flagrante em crime de exclusiva ação privada;
- c) poderá autuá-lo em flagrante, independentemente da manifestação do representante legal da ofendida, sobre se tem interesse pelo processo penal do agente, porque se trata de violência presumida;
- d) poderá autuá-lo em flagrante, independentemente da manifestação do representante legal da ofendida, sobre se tem interesse pelo processo penal do agente, mas deverá arbitrar fiança, porque o crime, punido com pena que varia de seis a dez anos de reclusão, é afiançável;
- e) deverá lavrar termo circunstanciado, porque se trata de infração penal de menor potencial ofensivo.

55 - Em crime de exclusiva ação penal privada:

- a) nos termos do Código de Processo Penal, não pode o Ministério Público aditar a queixa para velar pelo princípio da indivisibilidade;
- b) o ofendido pode perdoar se for menor de vinte e um e maior de dezoito anos, mas o perdão concedido por ele não produzirá efeito se houver oposição do seu representante legal;
- c) o ofendido só pode perdoar se for maior de vinte e um anos;
- d) a ofendida casada não pode propô-la sem autorização do marido;
- e) o ofendido menor de vinte e um e maior de dezoito anos de idade não pode propô-la sem estar representado.

56 - Em crime de exclusiva ação penal privada:

- a) não se admite renúncia tácita;
- b) o ofendido só pode renunciar se for maior de vinte e um anos;
- c) o ofendido casado, ainda que menor de vinte e um anos de idade, pode renunciar, produzindo plenamente efeitos jurídicos tal manifestação, que excluirá o direito do representante legal;
- d) o ofendido pode renunciar se for menor de vinte e um e maior de dezoito anos, mas a renúncia manifestada por ele não excluirá o direito do seu representante legal;
- e) o perdão não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.

57 - Durante a execução de mandado de prisão, expedido por autoridade judiciária competente, o executor Abrantes é surpreendido pela resistência oposta por Dorival, irmão do preso. Empregando violência contra Abrantes e o ameaçando de morte com uma arma de fogo, Dorival tenta impedir o executor de concretizar a prisão. Para vencer a resistência, Abrantes usou moderadamente dos meios necessários, superando Dorival em luta corporal. Ocorre, porém, que em razão disso Dorival sofreu lesões corporais de natureza grave. Diante do fato, caberá à autoridade policial:

- a) determinar o registro da ocorrência e instaurar inquérito mediante portaria;
- b) lavrar auto de resistência e por meio dele instaurar inquérito policial;
- c) lavrar auto de prisão em flagrante e por meio dele instaurar inquérito policial;
- d) lavrar termo circunstanciado, pois se trata de infração penal de menor potencial ofensivo;
- e) determinar a verificação da procedência das informações, instaurando sindicância sumária.

58 - Em matéria de competência, é correto afirmar que:

- a) existe continência quando duas ou mais infrações houverem sido praticadas ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas;
- b) há conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração penal;
- c) há conexão no caso de infração penal cometida mediante erro na execução, ofendendo-se pessoa diversa da visada;
- d) há conexão no caso de infração penal que, por erro na execução, produz também resultado diverso do pretendido;
- e) há continência no caso de infrações penais praticadas em concurso formal.

59 - Em tema de fiança, é correto afirmar que:

- a) esta é concedida independentemente de audiência do Ministério Público;
- b) o Ministério Público é ouvido antes da concessão nos crimes apenados com detenção; e após, nos crimes punidos com reclusão;
- c) a concessão sempre fica condicionada à audiência do Ministério Público;
- d) não há previsão em lei, ficando a critério do juiz ouvir o Ministério Público antes ou depois da concessão;
- e) esta caberá em crimes hediondos, desde que a pena mínima não seja superior a dois anos de reclusão.

60 - Ramon é suspeito de ter invadido a sede do Clube Vasco da Gama, de onde teria subtraído troféu em ouro maciço, comemorativo do vice-campeonato regional do ano de 2001. A autoridade policial adquire provas de que, após a subtração, Ramon teria derretido o troféu e transformado o ouro em pequenas jóias, que pretende vender. É correto afirmar que:

- a) as jóias deverão ser restituídas ao Clube Vasco da Gama;
- b) as jóias poderão ser apreendidas pela autoridade policial;
- c) não caberá nenhuma medida no tocante às jóias;
- d) as jóias poderão ser objeto de hipoteca, determinada pela autoridade judiciária competente;
- e) as jóias poderão ser objeto de seqüestro, determinado pela autoridade judiciária competente.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

61 - De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, o ocupante de cargo público pode sofrer punições administrativas em razão da prática de infrações disciplinares. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das punições que podem ser impostas aos servidores públicos:

- a) demissão;
- b) cassação de aposentadoria;
- c) cassação de disponibilidade;
- d) advertência;
- e) exoneração.

62 - A modalidade de extinção do ato administrativo que tem como fundamento a reavaliação de critérios de conveniência e oportunidade é denominada:

- a) retificação;
- b) revogação;
- c) anulação;
- d) caducidade;
- e) sanatória.

63 - Assinale a alternativa que NÃO indica um dos elementos do ato administrativo:

- a) competência;
- b) finalidade;
- c) objeto;
- d) capacidade;
- e) forma.

64 - Com relação ao poder hierárquico, analise as seguintes afirmativas:

- I. Uma autoridade administrativa só pode rever os atos de seus subordinados no aspecto de legalidade, não podendo invadir o mérito do ato.
- II. Uma autoridade pode avocar competências de seus subordinados, assumindo a responsabilidade por determinados atos.
- III. Um agente público pode deixar de cumprir a ordem manifestamente ilegal de seu superior hierárquico.

A (s) afirmativa (s) correta (s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) I, II e III
- e) II e III

65 - Com relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-lei 220/75), analise as seguintes afirmativas :

- I. Será aplicado também para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.
- II. Não será aplicado para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- III. Esta legislação somente se aplica aos servidores do Poder Executivo.

A (s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I, II e III
- e) nenhuma

66 - Com relação ao poder de polícia, analise as seguintes afirmativas:

- I. O poder de polícia permite ao Estado limitar o exercício de direitos individuais em nome do interesse público.
- II. Os atos do poder de polícia têm como característica a auto-executoriedade.
- III. O Estado pode aplicar aos administrados punições administrativas em razão da não observância de atos relativos ao poder de polícia.

As afirmativas verdadeiras são somente:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) nenhuma

67 - O artigo 84, IV da Constituição da República atribui ao Presidente da República a competência para regulamentar uma lei. O regulamento, que é um ato administrativo normativo, será exteriorizado através da/do:

- a) resolução;
- b) portaria;
- c) decreto;
- d) ordem de serviço;
- e) parecer.

68 - O Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro estabelece prazos de prescrição para as infrações disciplinares, prevendo ainda a possibilidade de aplicação das regras existentes no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro. Como regra, a falta sujeita a pena de demissão prescreverá em:

- a) 02 anos;
- b) 03 anos;
- c) 05 anos;
- d) 10 anos;
- e) 20 anos.

69 - Na divisão dos atos administrativos em espécies, a certidão administrativa é considerada um ato:

- a) enunciativo;
- b) negocial;
- c) normativo;
- d) ordinatório;
- e) punitivo.

70 - Por motivo de saúde ou incapacidade física, o servidor estável pode ser designado para exercer função mais compatível com a diminuição da sua capacidade laborativa. Nessa hipótese vai ocorrer:

- a) aproveitamento;
- b) readaptação;
- c) reintegração;
- d) reversão;
- e) recondução.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

71 - A Constituição da República Federativa do Brasil enumerou no artigo 37, *caput*, os princípios fundamentais da Administração Pública. Considerando que tal enumeração não é casuística, a seqüência em que esses princípios estão referidos na Carta política é:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) legalidade, eficiência, publicidade, moralidade e impessoalidade;
- c) impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- d) moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência e publicidade;
- e) legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

72 - No que tange à forma de estado da República Federativa do Brasil, a afirmativa correta é:

- a) O Distrito Federal está ausente do rol de entes que compõem a República Federativa do Brasil.
- b) O Estado Federal é caracterizado pela existência de várias ordens jurídicas centrais e parciais.
- c) São requisitos para a manutenção da Federação: a rigidez constitucional, a existência de controle de constitucionalidade e o estabelecimento de cláusulas pétreas.
- d) A Federação pode surgir da reunião de estados, como no caso do Brasil, ou da subdivisão de estados como no modelo norte-americano.
- e) A capacidade para estabelecer normas é o oposto de descentralização política.

73 - Relativamente às cláusulas pétreas (Artigo 60, § 4º da Constituição da República), é correto afirmar que:

- a) podem ser emendadas desde que sejam respeitadas as limitações formais e circunstanciais ao poder de reforma;
- b) são de eficácia absoluta pois possuem efeito imediato e não podem ser emendadas;
- c) são de eficácia plena porque possuem efeito imediato e, em tese, podem vir a ser emendadas;
- d) são de eficácia redutível, ou seja, possuem efeito imediato mas o seu alcance pode vir a ser limitado ou reduzido pela legislação regulamentadora;
- e) em períodos de legalidade extraordinária podem sofrer alterações.

74 - Entende-se por forma de governo:

- a) a maneira como o governo se relaciona com o povo, ou sistema adotado pelo Estado que determina como se atinge o poder político e quanto tempo nele se permanece;
- b) modo como os poderes se relacionam entre si, principalmente o Poder Legislativo e o Poder Executivo;
- c) relacionamento existente e mantido entre o Poder Judiciário e a "mídia" como meio de efetivação da plena cidadania;
- d) a luta pelo poder, empreendida pelos Partidos Políticos;
- e) algo sinônimo a Regime Democrático Participativo ou semidireto.

75 - É prática caracterizadora da democracia participativa:

- a) o serviço militar obrigatório;
- b) o exercício profissional;
- c) a prática desportiva;
- d) a extradição de estrangeiro;
- e) a iniciativa popular.

76 - São exemplos de Remédios Constitucionais:

- a) possibilidade do cumprimento de prestação alternativa ao eximir-se, o indivíduo, de obrigação legal a todos imposta na forma da lei;
- b) a inafiançabilidade e a insuscetibilidade da graça ou anistia nos casos de prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos;
- c) a inafiançabilidade e a imprescritibilidade do crime de racismo;
- d) direito de petição, *habeas corpus*, mandado de segurança, mandado de injunção, *habeas data* e ação popular;
- e) a pena de morte, a pena de caráter perpétuo, os trabalhos forçados, o banimento e os trabalhos cruéis.

77 - A entrada de equipe policial na casa de um indivíduo é possível:

- a) a qualquer hora do dia ou da noite a critério da autoridade policial;
- b) a qualquer hora do dia ou da noite desde que os policiais possuam um mandado da autoridade judicial competente;
- c) em caso de flagrante delito, ou desastre, exceto para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial;
- d) com o consentimento do morador, em caso de flagrante delito, ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia por determinação judicial;
- e) a inviolabilidade do domicílio é absoluta.

78 - Tendo em vista a inviolabilidade das comunicações telefônicas e a lei que regulamentou a parte final do inciso XII, do art.5º, da Constituição da República, assinale a opção INCORRETA:

- a) A ausência da Lei nº 9.296/96 implicou o não reconhecimento da licitude de qualquer prova colhida por escuta telefônica, ainda que a mesma fosse precedida de ordem judicial.
- b) A quebra do sigilo dos dados telefônicos pode ser ordenada por uma comissão Parlamentar de inquérito, desde que se observe o princípio da colegialidade.
- c) Segundo a jurisprudência, é admissível a utilização da prova ilícita no processo penal, desde que verídica, para beneficiar o réu, caso em que continuará a ser imprestável para condenar o pretense autor do crime.
- d) As provas obtidas sem observância dos requisitos constitucionais pertinentes à interceptação telefônica serão, igualmente, inquinadas de nulidade.
- e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, desde que observados os requisitos constitucionais, a interceptação de comunicação telefônica é meio lícito para captação de provas em qualquer processo judicial ou administrativo.

79 - Relativamente à atividade de Segurança Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A segurança pública é dever do Estado, cabendo, com exclusividade, ao Poder Público a responsabilidade pela preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- b) Compete privativamente à polícia civil estadual a repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, sem prejuízo da ação fazendária em sua área de competência.
- c) Os princípios constitucionais referentes à segurança pública exigem que, ao abordar qualquer cidadão no cumprimento de suas funções, o servidor policial deverá, em primeiro lugar, identificar-se pelo nome, cargo, posto ou graduação e indicar o órgão onde esteja lotado.

- d) Às polícias civis, dirigidas pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- e) Às polícias civis cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, bem como a execução de atividades de defesa civil, sendo subordinadas aos Governadores de Estado.

80 - Sobre o *habeas corpus*, é correto afirmar que:

- a) é cabível ação de *habeas corpus* em relação às punições disciplinares militares em qualquer uma das armas e, ainda, em sede de corporações militares estaduais;
- b) sob o prisma constitucional, a ação de *habeas corpus* limitar-se-á a tutelar a liberdade ambulatorial do paciente, não admitindo cumulação de pedido de indenização por danos morais ou materiais sofridos em razão do encarceramento indevido;
- c) o direito constitucional brasileiro apenas consagrou o *habeas corpus* liberatório, excluindo o preventivo;
- d) tanto o paciente quanto o impetrante de um *habeas corpus* serão, necessariamente, pessoas físicas;
- e) a autoridade coatora na ação de *habeas corpus* é necessariamente um agente do poder público ou de entidade governamental.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

81 - Para evitar que o seu computador seja contaminado por vírus, aumentando sua segurança, a alternativa **MENOS** apropriada é:

- a) instalar um firewall pessoal na sua máquina;
- b) instalar um programa antivírus e mantê-lo atualizado;
- c) diminuir o número de horas que o computador passa conectado à Internet;
- d) evitar abrir arquivos anexados a mensagens recebidas por email;
- e) não abrir arquivos em disquetes de origem duvidosa.

82 - **NÃO** é uma atribuição da Unidade Central de Processamento de um computador:

- a) evitar que a temperatura interna do gabinete aumente muito;
- b) controlar os programas que estão sendo executados;
- c) efetuar as operações matemáticas dos programas;
- d) executar as instruções que formam os programas;
- e) controlar os dispositivos de entrada e saída.

83 - As informações armazenadas na **memória ROM** de um computador são:

- a) hora e data do sistema;
- b) imagem que está sendo exibida no monitor;
- c) arquivos de dados muito usados pelo usuário;
- d) rotinas de inicialização do computador;
- e) editor de textos e planilha eletrônica.

Para as questões 84 até 87, considere a seguinte configuração de um computador pessoal: Pentium III 750MHz, memória 128MB, disco 20GB, CD-ROM 52x, fax/modem 56K V90, kit multimídia on-board, caixas de som, monitor de 15 polegadas, teclado 104 teclas, mouse, Windows 98, Microsoft Office.

84 - Na configuração acima, o termo **Pentium III** é:

- a) a indicação de que até 3 processadores podem ser colocados na placa-mãe;
- b) a empresa que fabricou todo o computador;
- c) a empresa que fabricou a placa-mãe;
- d) o tipo de memória usada no computador;
- e) o tipo do processador que está instalado na placa-mãe.

85 - Dos itens abaixo, aquele que **NÃO** pode ser realizado nesse computador é:

- a) editar uma carta para um amigo;
- b) gravar um CD de dados;
- c) acessar a Internet;
- d) escutar um CD de áudio;
- e) executar jogos armazenados em CD.

86 - O item que melhor descreve o significado do termo **CD-ROM 52x** é:

- a) CDs de dados são lidos 52 vezes mais rápido do que CDs de áudio;
- b) CDs de áudio são lidos 52 vezes mais rápido do que CDs de dados;
- c) o processo de leitura de CDs é 52 vezes mais rápido do que o de gravação;
- d) a gravação de CDs de dados é 52 vezes mais rápida do que a de CDs de áudio;
- e) até 52000 CDs podem ser lidos antes que seja necessário trocar a cabeça de leitura da unidade de CD-ROM.

87 - O item abaixo que melhor descreve o significado do termo **kit multimídia on-board** é:

- a) as caixas de som ligadas ao dispositivo multimídia são embutidas no gabinete do monitor de vídeo;
- b) as caixas de som ligadas ao dispositivo multimídia não precisam ser amplificadas;
- c) foi instalada uma placa adicional apenas com o hardware do dispositivo multimídia;
- d) o dispositivo multimídia não está incluído e deve ser adquirido separadamente;
- e) o hardware com o dispositivo multimídia está localizado na placa-mãe do computador.

Para as questões 88 até 100, considere que o sistema operacional instalado no computador é o Microsoft Windows 95/98/NT/2000 e o editor de textos é o Microsoft Word. Considere que ambos estão instalados na versão em português.

88 - No sistema operacional Windows, o item do **painel de controle** que permite a inclusão de uma nova impressora para ser utilizada pelos programas é:

- a) Sistema;
- b) Impressoras;
- c) Configuração;
- d) Adicionar novo hardware;
- e) Adicionar ou remover programas.

89 - O item do **painel de controle** do sistema operacional Windows em que é possível alterar a resolução gráfica da placa de vídeo de 800x600 pixels para 640x480 pixels é:

- a) Vídeo;
- b) Sistema;
- c) Gráficos;
- d) Multimídia;
- e) Configuração.

90 - O item que melhor descreve os passos necessários para verificar que **versão do sistema operacional** Windows está instalada é:

- a) Botão iniciar opção Meu Computador;
- b) Meu computador opção Windows;
- c) Painel de controle opção Sistema;
- d) Painel de controle opção Windows;
- e) Painel de controle opção Meu Computador.

91 - Com relação ao uso de **atalhos** no Windows Explorer do sistema operacional Windows, é correto afirmar que:

- a) criar um atalho significa mover um arquivo;
- b) atalhos aceleram a execução de programas;
- c) atalhos são tipos de arquivo que ficam usualmente ocultos;
- d) criar um atalho significa duplicar um arquivo;
- e) atalhos facilitam o acesso a arquivos.

92 - Considere as seguintes afirmativas relacionadas à **Opção de Pasta** do menu **Exibir** do Windows Explorer no sistema operacional Windows:

- I. É possível configurar o Explorer para mostrar ou esconder os arquivos ocultos.
- II. Pode-se configurar a ativação de um item por clique único no mouse.
- III. Cada pasta pode ser configurada para ser aberta por clique triplo no mouse.
- IV. As extensões para os tipos de arquivos conhecidos podem ser ocultadas.

O item que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I e II;
- b) I e IV;
- c) I, II e III;
- d) I, II e IV;
- e) I, III e IV.

93 - Observe os seguintes procedimentos para **copiar** um arquivo de uma pasta para outra usando o Windows Explorer do sistema operacional Windows (considere que as pastas origem e destino estão no mesmo volume):

- I. Selecione o arquivo que deseja copiar. Pressione simultaneamente as teclas Ctrl e C. Abra a pasta para a qual deseja copiar o arquivo. Pressione simultaneamente as teclas Ctrl e V.
- II. Abra a pasta onde está o arquivo que deseja copiar. Usando o botão esquerdo do mouse, arraste o arquivo para a pasta destino.
- III. Abra a pasta onde está o arquivo que deseja copiar. Usando o botão direito do mouse, arraste o arquivo para a pasta destino. No menu que se abre, escolha a opção "Copiar".

O item que contém todos os procedimentos corretos é:

- a) I;
- b) III;
- c) I e III;
- d) II e III;
- e) I, II e III.

94 - O sistema operacional Windows disponibiliza algumas ferramentas para a manutenção dos discos rígidos. Uma dessas ferramentas é o **SCANDISK**. O item abaixo que melhor descreve sua função é:

- a) verificar a existência de arquivos com vírus no disco e eliminá-los;
- b) verificar a existência de arquivos com vírus no disco e avisar o usuário;
- c) verificar a existência de erros lógicos e físicos no disco e, quando possível, repará-los;
- d) remover os arquivos desnecessários, aumentando o espaço disponível;
- e) desfragmentar os arquivos no disco, melhorando o seu desempenho.

95 - O item abaixo que melhor descreve o propósito da opção **AutoFormatação** do menu **Tabela** no Microsoft Word é:

- a) fazer com que todas as células de uma tabela fiquem com o mesmo tamanho;
- b) escolher entre várias opções de aparência pré-definidas para uma tabela;
- c) converter uma tabela selecionada em texto com formatação escolhida;
- d) ordenar as linhas de uma tabela pelo conteúdo da primeira coluna;
- e) converter um texto selecionado em uma tabela.

96 - A respeito de cabeçalhos e rodapés no Microsoft Word, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) podem ser criados cabeçalhos e rodapés que incluam texto ou elementos gráficos;
- b) o cabeçalho é impresso na margem superior e o rodapé é impresso na margem inferior da página;
- c) cabeçalhos e rodapés são úteis para evitar que o texto do documento ultrapasse as bordas da folha de papel;
- d) podem ser usados cabeçalhos e rodapés diferentes em páginas ímpares e pares ou em uma parte de um documento;
- e) cabeçalhos e rodapés podem ser adicionados a partir da opção Cabeçalho e Rodapé do menu Exibir.

97 - Considere os ícones abaixo, encontrados na barra de ferramentas do Microsoft Word:



O item que contém as funcionalidades desses ícones listadas na mesma ordem em que eles aparecem no desenho é:

- a) alinhar texto às margens laterais; inserir uma tabela; inserir uma planilha do Microsoft Excel;
- b) converter uma tabela em texto; inserir uma tabela; alinhar o texto às margens laterais;
- c) dividir o texto em colunas; converter uma tabela em texto; alinhar o texto às margens laterais;
- d) dividir o texto em colunas; inserir uma planilha do Microsoft Excel; converter uma tabela em texto;
- e) inserir uma tabela; inserir uma planilha do Microsoft Excel; dividir o texto em colunas.

98 - Considere o ícone abaixo, encontrado na barra de ferramentas do Microsoft Word:



A finalidade desse ícone é:

- a) visualizar ou esconder as marcas de formatação do texto;
- b) formatar o texto em itálico;
- c) exibir ou esconder a barra de ferramentas de formatação de texto;
- d) ordenar o texto alfabeticamente;
- e) alinhar o texto às margens superior e inferior.

99 - Considere o ícone abaixo, encontrado na barra de ferramentas do Microsoft Word:



A finalidade desse ícone é:

- a) adicionar figuras ao texto;
- b) exibir ou esconder linhas em uma tabela;
- c) adicionar ou remover marcadores de listas;
- d) exibir ou esconder numeração de parágrafos;
- e) adicionar ou remover os caracteres de tabulação.

100 - Considere os ícones abaixo, encontrados na barra de ferramentas do Microsoft Word:



O item que contém as funcionalidades desses ícones listadas na mesma ordem em que eles aparecem no desenho é:

- a) visualizar o resultado da impressão na tela; copiar o texto selecionado para a área de trabalho; alterar a cor do carácter no texto selecionado;
- b) imprimir o documento; colar o conteúdo da área de trabalho no documento; sublinhar o texto selecionado;
- c) visualizar o resultado da impressão na tela; colar o conteúdo da área de trabalho no documento; sublinhar o texto selecionado;
- d) imprimir o documento; copiar o texto selecionado para a área de trabalho; alterar o texto selecionado para maiúsculas;
- e) aproximar o texto; alterar o tamanho da página; alterar a cor do carácter no texto selecionado.

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Concurso para Oficial de Cartório Policial

GABARITO

As questões com * foram alteradas em decorrência da análise dos recursos

	01-E	02-D	03-D	04-B	05-A	06-D	07-A	08-E
09-B	10-C							
	11-C	12-A	13-B	14-A	15-A	16-D	17-B	18-A
19-B	20-A							
	21-E	22-D	23-B	24-B	25-A	26-D	27-E	28-C
29-D	30-A							
	31-B	32-A	33-C	34-B	35-E	36-D	37-D	38-B
39-E	40-C							
	41-C	42-B	43-B	44-E	45-A	46-C	47-E	48-C
49-A	50-E							
	51-C	52-C	53-E	54-A	55-B	56-D	57-*	58-E
59-A	60-E							
	61-E	62-B	63-D	64-E	65-B	66-C	67-C	68-C
69-A	70-B							
	71-A	72-C	73-C	74-A	75-E	76-D	77-D	78-E
79-C	80-B							
	81-C	82-A	83-D	84-E	85-B	86-A	87-E	88-*
89-A	90-C							
	91-E	92-D	93-C	94-C	95-B	96-C	97-E	98-A
99-C	100-A							